



ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO

Educação, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-12, jan-dez. 2024
e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X

<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2024.1.45217>

SEÇÃO: ENTREVISTA

Educação Empreendedora à luz da Base Nacional Comum Curricular

Entrepreneurial Education in the Brazilian Common Curriculum Base

Educación Emprendedora em la Base Curricular Común Brasileña

Roselaine Monteiro Moraes¹

orcid.org/0000-0002-4371-0825
rosemmoraes@gmail.com

Gustavo de Lima Cezário²

orcid.org/0000-0002-5154-5727
glcezario@yahoo.com.br

Adriana Justin Cerveira Kampff³

orcid.org/0000-0003-1581-1693
adriana.kampff@pucrs.br

Recebido em: 27 set. 2023.

Aprovado em: 20 fev. 2024.

Recebido em: 19 jun. 2024.

Resumo: A fim de compreender as motivações que levaram a inclusão do termo empreendedorismo nas políticas educacionais brasileiras, entrevistas foram realizadas em 2021 com dois educadores que participaram ativamente deste processo de formulação. Katia Smole atuava como Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no ato da publicação da Portaria nº 1.432/2018, e Eduardo Deschamps, neste mesmo momento, era presidente da Comissão da BNCC no Conselho Nacional de Educação – CNE. O objetivo principal das entrevistas foi entender como a temática do empreendedorismo foi percebida pelos atores envolvidos na construção destes normativos.

Palavras-chaves: empreendedorismo; Educação Empreendedora; políticas educacionais públicas; Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Abstract: To understand the motivations that led to the inclusion of the term entrepreneurship in Brazilian educational policies, interviews were carried out in 2021 with two educators who actively participated in this formulation process. Katia Smole acted as Secretary of Basic Education of the Ministry of Education at the time of publication of Ordinance nº 1.432/2018. Eduardo Deschamps, at the same time, was chairman of the BNCC Commission at the National Education Council – CNE. The main objective of the interviews was to understand how the theme of entrepreneurship was perceived by the actors involved in the construction of these regulations.

Keywords: entrepreneurship; entrepreneurial education; public educational policies; Brazilian Common Curriculum Base.

Resumen: Para comprender las motivaciones que llevaron a la inclusión del término emprendimiento en las políticas educativas brasileñas, se realizaron entrevistas en 2021 con dos educadores que participaron activamente en este proceso de formulación. Katia Smole se desempeñaba como Secretaria de Educación Básica del Ministerio de Educación al momento de la publicación de la Ordenanza nº 1.432/2018. Eduardo Deschamps, a su vez, fue presidente de la Comisión del BNCC en el Consejo Nacional de Educación – CNE. El principal objetivo de las entrevistas fue comprender cómo el tema del emprendimiento fue percibido por los actores involucrados en la construcción de estas normativas.

Palabras clave: emprendimiento; educación emprendedora; políticas educativas públicas; Base Curricular Común Brasileña.

O empreendedorismo é uma terminologia relativamente recente na política educacional brasileira. A sua incorporação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) supera a necessidade de normativos locais para implementar o empreendedorismo nas escolas. Mas, para um



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ SEBRAE RS e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

² SEBRAE Nacional, Brasília, DF, Brasil.

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

entendimento adequado e, especialmente, uma implementação qualificada, é preciso compreender o significado de empreendedorismo, as competências associadas a ele a serem desenvolvidas na Educação Básica, e o contexto de surgimento das discussões relacionadas a esses aspectos junto às entidades que contribuíram com a proposição da legislação educacional brasileira vigente. A discussão desses elementos se apoia no mapeamento de compreensões, de pontos de ancoragem na legislação atual, nos limites e desafios para sua implementação, mantendo atenção para que o empreendedorismo se efetive na perspectiva de uma educação integral ampla, não reducionista.

No campo educacional, o conceito de empreendedorismo costuma se apresentar em duas abordagens distintas. A primeira abordagem está relacionada à educação empresarial, com um sentido mais restrito, em que, para tornar-se um empreendedor, é preciso identificar oportunidades, criar empreendimentos (autoemprego), desenvolver e expandir negócios. Na segunda abordagem, em sentido mais amplo, o empreendedorismo está relacionado ao desenvolvimento de competências, da autoconfiança, da criatividade, da orientação para a ação e da tomada de iniciativa, centrado na capacidade de criar valor para si e para os outros, podendo ser ensinado e aprendido (Lackéus, 2015). Esse conceito amplo de empreendedorismo, em geral, está associado ao protagonismo dos indivíduos, que colaboram na identificação de problemas e na proposição de soluções, construindo novos conhecimentos e aplicando-os em novos contextos.

Na BNCC, o empreendedorismo traz elementos de contemporaneidade para o Ensino Médio⁴ e se traduz da seguinte forma:

proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido

como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (Brasil, 2018, p. 466).

A descrição sobre a promoção do empreendedorismo apresentada pela BNCC (Brasil, 2018, p. 466), "entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade", traz elementos narrativos alinhados com a proposta de educação integral do indivíduo, da preparação para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, presente no art. 205 da Constituição Federal (1988).

Na Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, ao dispor sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), o empreendedorismo é tratado de forma restrita como "a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias". Já a Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, ao estabelecer os referenciais para elaboração dos itinerários formativos previstos nas DCNEM, reposiciona e apresenta de forma mais ampla o conceito de empreendedorismo, ratificando o tema como um dos quatro eixos estruturantes dos currículos, tendo como ênfase "expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida". A justificativa é a necessidade de se "apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam se adaptar a diferentes contextos e criar novas oportunidades para si e para os demais" frente à velocidade das constantes mudanças na sociedade atual (Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018).

As DCNEM preconizam que as instituições organizem suas ofertas curriculares com base em: 1. formação geral básica – desenvolvendo competências e habilidades previstas da BNCC

⁴ De acordo com a BNCC (Brasil, 2018), no Novo Ensino Médio, pelo menos quatro documentos essenciais norteiam sua estruturação: a) Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; b) Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018; c) Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018; d) Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada pela Portaria nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017.

nas quatro áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); 2. itinerários formativos⁵ – com atividades educativas de aprofundamento em determinadas áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional, conforme os interesses dos estudantes e as possibilidades de diversificação de oferta das redes e instituições de ensino. Como forma de organização curricular do Ensino Médio, as DCNEM enfatizam ainda que este seja organizado considerando quatro eixos estruturantes: Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural; Empreendedorismo.

Tais eixos estruturantes visam integrar e integralizar os diferentes arranjos de Itinerários Formativos, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. Para tanto, buscam envolvê-los em situações de aprendizagem que os permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros (Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018).

As novas possibilidades de composição curricular do Ensino Médio, propostas pelas DCNEM, abrem espaço para o desenvolvimento das competências empreendedoras, a partir da inserção de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil.

A fim de aprofundar a compreensão sobre as motivações e os processos que levaram à inclusão do termo empreendedorismo nas políticas educacionais brasileiras, entrevistas foram realizadas em 2021 com dois educadores que participaram ativamente deste processo de formulação. Katia Smole atuava como Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação no ato da publicação da Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, e Eduardo Deschamps, neste mesmo momento, era presidente da Comissão da BNCC no Conselho Nacional de Educação – CNE. O objetivo principal

das entrevistas foi entender como a temática do empreendedorismo foi percebida pelos atores envolvidos na construção destes normativos.

A técnica da hermenêutica aqui utilizada é a busca da compreensão do legislador na origem do texto à ocasião da lei, propiciando bases racionais e seguras para a compreensão do sentido e valor dos enunciados normativos. Neste momento de amplo debate sobre o Novo Ensino Médio, compreender a finalidade com que o termo de empreendedorismo foi empregado pode contribuir na construção de currículos consistentes para todos os estados e municípios brasileiros.

As entrevistas foram organizadas em quatro blocos:

1. Na sua opinião, qual é o propósito/importância da inclusão do tema do empreendedorismo na Educação Básica?
2. Como foi o processo de discussão dos políticos e educadores sobre a incorporação do empreendedorismo nos documentos norteadores da Educação Básica? Como você percebeu a receptividade dos atores que discutiram a pauta?
3. Como você percebe a implementação de uma Educação Empreendedora?
4. Quais as principais competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na perspectiva da Educação Empreendedora?

Dentre as palavras mais presentes na questão do propósito do empreendedorismo estão: desenvolvimento, competências, iniciativas, protagonismo. O processo de aprovação, segundo os entrevistados, não apresentou grandes dificuldades ou barreiras, descrito como um processo natural. No processo de implementação, as respostas trouxeram a questão dos itinerários, currículos, escolas, desenvolvimento de projetos e parcerias com foco no Ensino Médio. O quarto bloco chamou atenção para competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na Educação Empreendedora: criatividade, capacidade de análise, protagonis-

⁵ Itinerários formativos: cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018).

mo, escolhas de vida para além da escola ou da questão de trabalho e emprego, reforçando os aspectos constitutivos do empreendedorismo.

O desafio da formação dos professores, para atuar com empreendedorismo, também foi destacado pelos entrevistados.

A Educação Empreendedora é tratada em seu caráter transversal como parte da aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo.

1. Na sua opinião, qual é o propósito/importância da inclusão do tema do empreendedorismo na Educação Básica?

Deschamps

A inclusão do empreendedorismo foi algo até natural. Precisamos entender um pouco do espírito que permeia a BNCC, particularmente a parte relacionada ao Ensino Médio, apesar da questão de o empreendedorismo não estar vinculado apenas ao Ensino Médio. A BNCC segue muito a lógica de tentar trabalhar algumas competências a serem desenvolvidas pelo estudante, que vão além das competências cognitivas.

[A inclusão do empreendedorismo,] se tratando do Ensino Médio, dá mais protagonismo ao jovem, não só na construção do currículo dele, mas também depois da saída dele do Ensino Médio. Que o Ensino Médio não seja considerado apenas uma etapa de transição para o Ensino Superior, mas sim como uma etapa, principalmente, de conclusão da Educação Básica. Isso já geraria uma série de ferramentas para esses jovens se inserirem no mundo do trabalho, independente de eles seguirem uma carreira universitária ou não. É daí que, no caso do Ensino Médio, se introduz já na arquitetura [curricular], e não só na base, a lógica de um itinerário técnico para o estudante, que segue muita lógica de dotá-lo de mais protagonismo para que se consiga desenvolver um pouco mais de competências socioemocionais.

Então, quando se olha para a Educação Empreendedora nota-se que o primeiro patamar a se

trabalhar é muito mais um patamar de desenvolvimento pessoal, de gerar, por exemplo, atitudes, valores e princípios na pessoa, [elementos] que ela precisa do ponto de vista comportamental, mas também de conhecimento a se desenvolver para que ela possa empreender. E o empreender não é apenas aquele que gera um negócio próprio, mas também, aquele que tem uma postura empreendedora no ambiente de trabalho em que ele esteja inserido.

Isso possibilita perceber que a BNCC permeia muito essa questão das competências socioemocionais, da autonomia do jovem, da capacidade de ele negociar, de liderar, de gerar novas ideias, de criatividade, que são todas as questões relacionadas com o espírito empreendedor. Acho que foi absolutamente natural [a entrada do empreendedorismo na BNCC], pois já teria esse conjunto de competências que a comporia, que são mais voltadas para o empreendedorismo. Ao mesmo tempo, a inclusão do termo busca deixar registrada uma ação importante do ponto de vista das escolas – para que elas possam trabalhar isso diante dos currículos – tornando natural a entrada do tema, que é um tema que lida com a inovação para preparar o aluno para o mundo do século XXI e ter suas características desenvolvidas.

Smole

Na minha visão, essa ideia do empreendedorismo tem relação com alguns aspectos importantes de toda a movimentação que gerou a BNCC e a forma com que depois [o conceito do empreendedorismo] foi redigido. O primeiro é o movimento integral. Nas dez competências que estão previstas [na BNCC], nas competências gerais, se fala de coisas muito específicas ligadas ao conhecimento, como: valorização, criatividade e questões de comunicação. Depois de certo ponto se começa a falar do protagonismo.

A BNCC fala sobre formar pessoas que sabem seu papel no mundo, que saibam o que querem e que precisam ser responsáveis pelas suas ações, por transformarem esse mundo, por serem protagonistas! Existe uma relação entre ser protagonis-

ta e empreender. A ideia de desejar fazer coisas, não esperar que tudo chegue até você, mas que você seja capaz de identificar os problemas, de encontrar soluções e de tomar decisões. Ou seja, o próprio jeito e a escolha dessa perspectiva equilibrada do cognitivo e o socioemocional, colocando protagonismo, tomada de decisão, autoconhecimento e autogestão como foco das dez competências gerais que naturalmente se relacionam com a ideia de protagonismo.

A BNCC tinha passado por muitas leituras, e dentro dessas muitas leituras havia um grupo pressionando, no bom sentido, para que houvesse essas competências gerais e para que se deixasse claro esse equilíbrio entre o cognitivo e o socioemocional, sinalizando para o protagonismo e para a ideia de que empreender se relacionava muito com o ser protagonista e com outro aspecto que a BNCC traz com muita força, especialmente a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, que é o projeto de vida.

Desde a origem das discussões da BNCC, no movimento pela base, antes que ela começasse a ser redigida, a ideia de projeto de vida veio com força, seguindo uma tendência mundial. Quer dizer, você ensina as pessoas, faz com que elas passem pela escola para que elas tenham um projeto de vida, para que elas saibam quem são e o que querem fazer no mundo, sendo capazes de usar o conhecimento e a formação que a escola oferece para colocar esse projeto de vida em marcha.

Com o Novo Ensino Médio, especialmente, essa ideia de formar uma pessoa que ao sair da escola tenha clareza de saber para onde ela vai e o que quer fazer tem muito a ver com o projeto de vida. Então, se destina muita força para mostrar que passar pela escola, por componentes curriculares e mais tudo o que o Novo Ensino Médio vai fazer, precisa ser suficiente para desenvolver pelo menos o gérmen do seu projeto de vida.

O protagonismo ganha força novamente, para se ter clareza do que se vai fazer, como fará e como será projetado, e traz junto, muito fortemente, essa concepção de empreender. O empreendedorismo virá de duas formas diferentes,

não apenas no sentido de produzir um negócio próprio ou ter uma iniciativa que permita gerar renda, mas aparece no sentido do empreender como essa força que alguém tem que ter de saber que tem um projeto e como fará para conseguir realizar esse projeto, que pode ser, por exemplo, passar no ENEM para Medicina, Engenharia ou ser professor, enfim.

Não só empreender para ter um negócio e ganhar seu próprio dinheiro, gerando renda, mas empreender nesse sentido de se ter um objetivo que é seu e planejar os meios necessários e possíveis para conseguir alcançá-lo.

Por fim, se tem outro ponto, que é o documento da BNCC e a reforma do Novo Ensino Médio. Essas duas políticas educacionais nacionais trouxeram de vez, para dentro da escola, algo que era meio que "proibido" na escola, que é se falar de educação para o trabalho, e isso é muito interessante. Outro dia, eu estava dando uma entrevista e alguém me disse assim: "não é algo muito mercantilista toda essa preocupação para a educação com a educação para o trabalho?" Eu respondi com um "Por quê?" Trabalhar não é ruim! A educação é um trabalho! E por que motivo o trabalho do educador não pode trazer a discussão do futuro do trabalho para o adolescente e para o jovem?

[É preciso estabelecer essa discussão], na medida em que você diz que trabalhar não é um mal, que ninguém vai aviltar a escola porque a educação profissional está contemplada. Porque quando você se formar lá com a Base Nacional Comum Curricular para a formação geral, as coisas que você aprende também tem que servir para te incentivar a entender como se usa o que aprende [na escola] na vida profissional, para evitar que o jovem saia da escola e nem estude e nem trabalhe. Foi natural que o empreendedorismo, a partir daí, ganhasse a força que ganhou.

Então eu não acho que se tenha um fator específico e não foi a decisão de uma pessoa lá de inserir o empreendedorismo na base, foi um conjunto [de fatores] da forma da condução, da construção e da confluência dessas diferentes ações que fez com que empreender ganhasse

um espaço importante na formação do jovem brasileiro por meio da Educação Básica.

2. Como foi o processo de discussão dos políticos e educadores sobre a incorporação do empreendedorismo nos documentos norteadores da Educação Básica? Como você percebeu a receptividade dos atores que discutiram a pauta?

Deschamps

Vou tentar esclarecer o processo de construção. Na verdade, se tinha uma equipe de redação, que fez a primeira versão, que ficou submetida à consulta pública. Essa consulta pública recebeu cerca de 120 mil contribuições⁶ que foram feitas através de uma plataforma. Essas contribuições chegaram para a equipe de redação, que sistematizou. Então, na passagem da primeira para a segunda parte, já vieram muitas das contribuições da consulta pública. Logo depois, esse documento foi submetido a uma consulta mais restrita, mas já trabalhando com as secretarias de educação e com educadores no âmbito dos estados, foram seminários que fizemos em vários estados. Eu fui presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED [nesta época], lem que essa consulta contou com algo em torno de 11 mil pessoas que participaram e obtivemos uma série de contribuições que foram sistematizadas pelo CONSED e chegaram para a equipe de redação da terceira versão. Essa equipe era diferente das equipes da primeira e da segunda [versões], e passa a trabalhar com uma lógica mais inovadora. A partir disso chegou uma série de contribuições que eles incorporaram, mas também tem um pouco de conceito da equipe que trabalhou na redação. Nesse momento houve uma transição de governo, a equipe que trabalhou na terceira versão não é a mesma equipe que trabalhou na redação da segunda, pois os governos já eram diferentes.

No Conselho Nacional de Educação (CNE) em si, fizemos uma série de audiências mais

específicas que não mexeram muito em texto, esse texto sempre foi feito em conjunto com o Ministério da Educação e o tema [do empreendedorismo] quando apareceu foi encaminhado ao Ministério da Educação para eventuais aprimoramentos. Não ocorreu um debate gigantesco acerca da questão do empreendedorismo, pois já havia sido assimilado como algo natural. A partir do momento em que o termo e as ideias foram sendo incorporados, foi algo tão organicamente vinculado ao contexto da BNCC como um todo, principalmente da versão três, que foi absolutamente natural isso aparecer. O termo vem de maneira [ainda] mais forte quando se fala da reforma do Novo Ensino Médio, que é outro documento, onde se criam os formulários para elaboração dos itinerários do Ensino Médio, no qual o empreendedorismo aparece como um dos quatro eixos estruturantes.

Nesse momento, existiu uma discussão mais forte para deixar [o tema do empreendedorismo] marcado na elaboração dos itinerários. A BNCC não fala dos itinerários, então trouxemos o termo para esse documento de elaboração dos itinerários. Em relação à BNCC, salvo engano, eu não me recordo de um debate mais profundo ou acalorado sobre o tema, por isso tenho a percepção de ser algo natural, foi convergindo e foi surgindo.

Smole

É interessante pensar no seguinte: às vezes, eu mesma penso como é chegar ao Ministério da Educação para fazer andar uma agenda que estava no olho do furacão, pois estávamos dividindo essa pauta em partes. A BNCC, desde o começo em 2014/2015, quando passou a ser desenvolvida, ela foi sempre uma base para Educação Básica, nunca foi voltada para fazer a base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Então, se vocês analisarem todas as versões, até 2017, vão perceber que o tempo inteiro ela estava ali. E o que aconteceu? Aconteceu que no meio do caminho apareceu

⁶ Contribuições da 1ª versão descritas em *Notas sobre o tratamento e a publicação dos dados e das contribuições ao documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular* (Brasil, 2016).

a reforma do Novo Ensino Médio.

Quando, em 2017, [ano] da entrega da BNCC para o CNE fazer os trâmites, é retirada a etapa do Ensino Médio, ele [CNE] não separa a BNCC, mas tira a etapa do Ensino Médio para que houvesse mais um tempo de discussão. Eu penso só que não se imaginava que o tempo de discussão fosse chegar até o final de 2018. Então é dispensada toda uma energia para a aprovação das etapas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (2017). Teoricamente, a etapa do Ensino Médio ganha um ano e meio a mais de discussão, praticamente, já que ela foi aprovada só em 2018.

Muita coisa foi acontecendo. A etapa da BNCC para o Ensino Médio sai, pois eles perceberam que precisava de muito mais tempo para discussão e para se fazer os ajustes que tornariam mais adequada a BNCC para o Ensino Médio com a reforma, isso era muito importante. E, também, se você não tivesse as diretrizes e alinhasse a BNCC com a reforma antes de ter as diretrizes seria muito complicado.

Um detalhe é muito interessante: teve discussão para tudo. Teve discussão se teria ou não a necessidade de reforma; se aprovava ou não a etapa do Ensino Médio; se tinha que se ter disciplina ou área. Isso teve discussão, mas não quanto ao empreendedorismo. Não houve resistência. Eu não me lembro de isso ter ocorrido em nenhum momento. Depois vieram as aberturas de consulta pública das diretrizes curriculares e empreender nunca foi colocado em xeque. Houve resistência para a formação técnica profissional, mas a ideia de empreendedorismo não.

3. Como você percebe a implementação de uma Educação Empreendedora?

Deschamps

Acredito que a questão do empreendedorismo será vinculada ao projeto de vida, e, talvez depois, dentro da construção dos próprios itinerários, isso deve aparecer de forma mais forte. Essa parte dos itinerários ainda não está devidamente consolidada no âmbito dos estados.

Quanto aos desafios, são os básicos, os de

sempre. Um deles, é o de termos um corpo docente preparado para trabalhar a Educação Empreendedora nas escolas, esse talvez sempre tenha sido um dos principais desafios que tínhamos.

Na verdade, pode-se trabalhar de duas maneiras [com a] Educação Empreendedora na escola: é possível introduzir como componente curricular, de elaboração de empreendedorismo e um plano de negócios ou alguma coisa do gênero; ou algumas instituições trabalham com componente curricular na lógica de projetos, que diretamente os estudantes vão fazer. A dificuldade que sempre está presente é na formação mais específica de professores que possam atuar nisso.

Então, normalmente, quando aparece na escola, aparece mais por iniciativa de algum professor, por algum programa estruturado que é colocado pela rede e que normalmente não é de alcance amplo, não se consegue dar alcance, é algo muito limitado. Acontece por meio de um grupo de escolas ou quando se tem algum tipo de parceria com entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), instituições dessa natureza que acabam trazendo esse programa para dentro da escola, mas novamente um programa com alcance muito limitado.

E por que esse fator? Porque precisa se criar uma lógica de formação mais ampla dos professores. Primeiro para que os demais professores possam trabalhar a lógica do espírito do empreendedor, independentemente de ser uma disciplina ou não do currículo, do componente curricular, e que o tema possa ser decidido na escola para ser feito ou de maneira transversal ou através de um componente, mas sempre com algum tipo de fechamento que deve ser feito em algum espaço e tempo do currículo, para isso ocorrer. Então, tem vários fatores, a tese que a gente está tentando quebrar um pouco hoje no Brasil é a que a gente fragmenta tudo muito em disciplinas, em componentes curriculares muito fragmentados. O empreendedorismo, na verdade, não funciona bem quando tratado apenas como uma questão fragmentada. O ideal é que seja

tratado como algo transversalmente trabalhado por todos os componentes curriculares, e que eventualmente você tenha um componente curricular ou espaço de projeto para que se possa fazer o fecho daquele conhecimento que o aluno desenvolveu, junto, obviamente, a um roteiro de elaboração de um plano de negócio ou algo do gênero.

Eu acredito que essas sejam as dificuldades, a formação [de professores] e uma forma de introduzir o empreendedorismo no currículo de maneira transversal ou por meio de um componente curricular.

Smole

Penso que [a implementação de uma Educação Empreendedora] acontecerá por duas vias importantes. Uma é que tem uma tendência no país, a ideia de que você já passe a inserir desde o 6º ano. Se você pegar projetos como o Programa Inova⁷, como outras iniciativas em Recife, Paraíba e Alagoas⁸, nós vamos ver duas coisas acontecendo.

A primeira é essa preocupação em se ter projeto de vida e disciplinas eletivas desde o 6º [ano do Ensino Fundamental], que é para os alunos já começarem a entender como eles vão tomando decisões, como vão se articulando e como eles fazem escolhas. Eu acho que tem muito espaço para que, tanto nos projetos de vida como nas disciplinas, entre com bastante força a ideia do empreendedorismo. É muito interessante o fato de se incluir eixos de empreender nos projetos que eles desenvolvem, nas entregas que eles vão fazendo, no amadurecimento das ações que eles precisam desenvolver dos projetos ao longo dos diferentes anos, isso faz com que seja uma possibilidade [de desenvolvimento] muito grande.

[E a segunda é] no Ensino Médio, que tem tudo a ver com os itinerários formativos. Eu acho que a gente tem muito espaço para fazer essa implementação nos itinerários formativos e eu

penso que é possível incluir coisas que sejam específicas de Educação Empreendedora em algum momento como componente eletivo.

O ideal seria incluir na formação docente essa visão do papel do empreendedorismo: como a gente forma as pessoas e inclui em suas áreas específicas; como o desenho dos itinerários e do projeto de vida levam em conta os eixos que estão previstos nos referenciais de elaboração dos itinerários. Com isso, temos muita chance de fazer com que o empreendedorismo aconteça no currículo, para poder dar apoio aos Estados para enxergar essas formas de incluir a perspectiva do empreendedorismo como parte da formação dos estudantes, ao mesmo tempo de entender quais são os processos de empreender, o que significa quais são os desafios. Então, tem bastante espaço para isso no momento do desenho dos currículos, do apoio ao desenho dos itinerários formativos e da formação das disciplinas eletivas, do projeto de vida e da formação docente.

Eu não sinto tanto, mesmo na Educação Profissional, que empreender seja tão claramente envolvido. Eu acho que seria muito interessante você formar muito bem os profissionais para áreas diferentes do trabalho. É raro se ver nos currículos de Educação Técnica Profissional, presenciais ou a distância, um item que chame a atenção para empreender. Eu não sei se estou enganada, estou falando de uma percepção.

Eu acho que é muito importante que essa visão do empreendedorismo seja transversal, não apenas nos itinerários formativos das áreas de conhecimento, mas especialmente na área profissional e técnica. Você forma o sujeito, por exemplo, em um curso para ser cabelereiro, mas não está na formação dele como é que você cria um projeto para empreender seu próprio salão de beleza. Não é um foco formar um empreendedor, não tem sido um foco pelo menos nos currículos que eu tenho analisado. Mas, temos trabalhado bastante para que isso seja foco nos novos currículos que estão sendo desenvolvidos.

⁷ O Programa Inova Educação foi criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) com o propósito de oferecer novas oportunidades para todos os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo (Inova Educação, 2024).

⁸ Iniciativas de conhecimento da entrevistada.

Nós estamos apostando muito que o fato de o jovem poder entender como a escola se associa e ajuda a desenvolver o seu projeto de vida pode diminuir a evasão, principalmente no Ensino Médio, que aos poucos vai se tornando uma escola que forma para pouca coisa, porque a intenção é que se vá para o Ensino Superior. O que se espera é que a própria forma do Ensino Médio, como um todo, ajude. É óbvio que a questão de projeto de vida, de livre escolha, de empreendedorismo, de desenvolver projetos pessoais também podem ajudar.

A questão de formação de professores está por se fazer, já que é muito recente a nova legislação de formação docente. Essa nova legislação⁹ fala de se desenvolver as competências gerais. Tem espaço e haverá bastante demanda para ajudar os professores, especialmente os do Ensino Médio. No momento que se formam os professores do Ensino Médio, se formam os dos Anos Finais do Ensino Fundamental, já que, de modo geral, são os mesmos professores em muitos lugares. Terá muita demanda e espaço para a discussão de como se faz desse jeito de empreendedorismo uma ação que transpareça no seu planejamento, nas suas escolhas, no desenvolvimento dos itinerários formativos e na orientação de projetos, seja lá como a escola irá se organizar. Tem uma demanda para isso, uma demanda bem reprimida.

4. Quais as principais competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na perspectiva da Educação Empreendedora?

Deschamps

O primeiro alerta que eu faço é que temos que tomar muito cuidado quando pensamos em Programa Nacional. Farei um paralelo que faço sempre com a questão da Educação Financeira. Existem vários atores externos ao sistema educacional que procuram, na medida do possível, criar programas de Educação Financeira dentro dos currículos da educação. Isso normalmente acaba tendo pouco impacto, torna-se difícil dar

escala, pois isso não pode vir como algo exógeno ao sistema educacional. É importante que a questão da Educação Financeira seja introduzida, estou citando-a para fazer um paralelo com o empreendedorismo, mas não pode ser feito como algo específico que será repassado. Precisa ser projetado dentro do currículo, de maneira que qualquer professor ou grupo de professores que estiver na escola possa trabalhar esse tema dentro do currículo de maneira mais natural, e não naquela lógica de que agora eu terei uma aula de Educação Financeira.

Normalmente, os programas nacionais aparecem nessa lógica de tentar introduzir um componente, um curso externo ao currículo dentro da formação. Na verdade, eu preciso incorporar isso dentro dos conceitos de Matemática, Ciências Humanas e até de Língua Portuguesa para ser trabalhado.

Logo, o que eu quero dizer com isso? É que o Programa Nacional não deveria focar apenas em colocar um componente curricular, ele deve envolver vários passos. O primeiro passo é como fazer a formação dos professores para que eles entendam que empreendedorismo não é apenas montar uma empresa, pois o empreendedorismo é muito mais o desenvolvimento de valores e princípios do estudante e a capacidade que ele vai ter de desenvolver características pessoais, que o transforme em uma pessoa mais proativa, mais criativa, uma pessoa que consiga transformar um sonho, uma visão, em algo factível. É possível fazer isso de várias formas, desde capacitações continuadas até introduzir isso como sendo um tema importante de debate dentro dos currículos de formação superior dos programas de formação dos professores.

O segundo passo fala a respeito de como trabalhar isso dentro da escola e como fazer a introdução dentro do currículo, pois o ideal é que se trabalhe esse assunto desde o Ensino Fundamental, e não apenas na ponta do Ensino Médio. Esse é um processo que vai se criando e construindo. Por isso, sempre falamos que o

⁹ Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.

desenvolvimento das competências socioemocionais é importante. Vai se criando na criança o estímulo para que ela tenha capacidade, que ela possa realizar as coisas, de que a criatividade é algo bacana, que eu preciso evitar os bloqueios mentais que normalmente são introduzidos na criança ao longo do tempo. São questões que se criam ao longo do tempo, como espírito para que ela seja capaz de realizar.

Só do jovem ter todas essas questões, ele nem precisa ser um empreendedor do sentido lato, de montar uma empresa e ter algo para tocar. Ele terá esse espírito dentro dele e mudará muito a forma como ele vai resolver os problemas que vão aparecer na vida dele. Isso tem um impacto gigantesco, de ele ter atitude na forma que ele vai encarar os problemas que ele terá na vida para solucioná-los.

O objetivo tem muito mais a ver com o espírito empreendedor que eles podem desenvolver, ter algo que você precisa fazer de planejamento para transformar uma ideia em empreendimento.

A ideia final do empreendedorismo não é a de se criar um empreendimento, e sim entender o mecanismo de como é possível ter uma postura diferente, como podem trabalhar com a visão, como estabelecer processo criativo e processos inovadores e aí sim pensar em como é possível fazer um empreendimento se eu quiser criar um negócio próprio.

Smole

Quando foi pensado o Novo Ensino Médio, quando foram estudadas e desenvolvidas as novas diretrizes e a própria BNCC, e até mesmo os referenciais dos itinerários, várias pesquisas foram feitas. Contamos com conversas com o Dave Peck¹⁰ (Inglaterra) que fez muitas considerações. Nós tínhamos feito uma ação com a

ACARA¹¹, que é uma organização da Austrália. O Dave está a muito tempo trabalhando em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Então, dos estudos da OCDE¹² sobre empreendedorismo, muita coisa foi considerada. Isso é uma coisa, agora como isso chega para os educadores é outra coisa.

De fato, eu acho que, quando se pensa nessa estrutura que o Ensino Médio tem hoje, o melhor caminho seria que conseguíssemos que a Educação Empreendedora fosse feita em cenários nos quais eles estão desenvolvendo projetos dentro dos itinerários formativos. Em todos os itinerários formativos temos espaço para isso. Se eu resolvo que vamos montar uma rádio, quais são os conceitos de Educação Empreendedora que eu preciso ter e incorporar? Seria muito importante que os professores entendessem isso e colocassem isso no programa. Se o que se quer fazer é desenvolver um projeto junto com uma Organização Não Governamental (ONG), eu posso fazer parte de uma ONG? Então como é que eu organizo? Como eu empreendo e cuido?

Quer dizer, a minha experiência como professora e educadora mostra que todas as vezes que se cria um componente curricular, vai gerar um problema, ele vai durar pouco e depois perde força, porque ao final irão dizer que o componente está tirando o tempo de Língua Portuguesa, de Matemática e agora ele terá que ter uma aula uma vez por semana de Empreendedorismo.

Outro ponto é que, no Brasil, quando não sabe o que se fazer, inventa-se uma disciplina, e isso não cabe. Os alunos não ficam 24 horas na escola [e nestes casos], de fato, a escola tem uma sobrecarga. Há espaço agora e esse espaço é da parte flexível. Eu não acho que deva ser algo opcional, você deve ter algumas eletivas se você quiser aprofundar alguns aspectos. Mas, se as redes

¹⁰ Dr. Dave Peck - CEO da Curriculum Foundation (Reino Unido) e consultor da organização desde a sua fundação, em 2009. Trabalha com ministérios da educação em todo o mundo para auxiliar no desenvolvimento de um currículo moderno que inspire os jovens a ascender os desafios de aprendizagem que encaram no século XXI. Também atua internacionalmente com avaliação contínua e uma gama de aspectos relacionados à melhoria escolar junto a professores e líderes escolares. Antes de se tornar consultor, trabalhou em escolas de Ensino Médio no Reino Unido por mais de trinta anos como professor, coordenador e diretor. Liderou, ainda, uma equipe regional de educação para alunos de 14 a 19 anos em Birmingham, na Inglaterra (British Council, 2024).

¹¹ Autoridade Australiana de Currículo, Avaliação e Relatórios (ACARA) é uma instituição independente com a visão de inspirar melhorias no aprendizado de todos os jovens australianos por meio de currículos, avaliações e relatórios de classe mundial (ACARA, 2024).

¹² *Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira* (OCDE, 2020).

entendessem como a Educação Empreendedora poderia estar presente em qualquer itinerário formativo nos seus princípios pressupostos – em uma etapa de desenvolvimento de produto, pensar em como isso vai ser lançado, que recursos eu tenho que ter, como eu faço captação – isso seria uma ajuda e tanto, e garantiria que todos os alunos estivessem desenvolvendo habilidades empreendedoras, não como algo abstrato, mas como algo altamente significativo dentro das escolhas que eles fizeram para aprofundar nos itinerários formativos e nas eletivas que eles escolheram fazer.

O cuidado deve ser não tornar essas ideias – falo isso também para Educação Financeira – em mais uma coisa que eu vou ter que fazer prova, que alguém vai me cobrar e que ao final eu não veja relação com as coisas que mais importam. Eu posso ter um curso maravilhoso de empreendedorismo e não enxergar a relação com o meu projeto de vida.

Estamos em um momento da educação brasileira em que há muito espaço, mas precisamos ter uma visão transversal, de cooperação e interdisciplinar que não seja colocar tudo na caixa. Existe muito espaço para pensar fora da caixa e não sair advogando que tenha mais disciplina. Algo que não pode ser esquecido é que um dos motivos que fez o Ensino Médio do país ganhar uma nova forma foi a tentativa de diminuir o número de componentes curriculares aos quais os alunos são submetidos no Ensino Médio tradicional, que está por volta de quatorze. Se eu insiro Empreendedorismo viram 15, mais Educação Financeira viram 16. Então a gente não pensa assim, somos tão apaixonados pelo que fazemos que pensamos que todos têm esse direito, e tem! Mas, vamos pensar fora da caixa.

Quando eu estava no MEC, ao final de todos os dias, minha tarefa era ler todos os processos que chegavam para que eu os assinasse. A cada 12 processos, 9 eram de novas disciplinas. Imagina se fôssemos criar disciplinas assim, de Psicologia, Skate, Mandarin, não há espaço, não cabe.

Precisamos ser muito apaixonados, mas aproveitar esse momento que é de mudança e pensar

fora da caixa para criar e levar essa ideia tão importante da Educação Empreendedora para todos, de modo que ela tenha significado. Por exemplo, eu detesto jogar xadrez, mas eu jogo. Se eu tivesse estudado em uma escola que me obrigasse a ter xadrez como disciplina, eu ia sofrer muito, eu de fato acho que isso deveria ser opcional. Outras coisas não, mas elas podem ser obrigatórias ganhando uma forma que não seja “ganhar mais uma disciplina” para eu ter uma aula de 45 minutos. Essa é a minha percepção.

Referências

Australian Curriculum, Assessment and Reporting Authority. (2024). *About us*. <https://www.acara.edu.au>

Brasil. (2016). *Contribuições da 1ª versão descritas em Notas sobre o tratamento e a publicação dos dados e das contribuições ao documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/METODOLOGIA_PARA_TRATAMENTO_ANALISE_DADOS.pdf

Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base*. Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192

British Council. (2024). *Construindo um currículo de classe mundial*. <https://www.britishcouncil.org.br/atividades/ingles/forum/programacao/plenaria-dave-peck>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, out. 5). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Inova Educação. (2024). *O que é o programa*. <https://nova.educacao.sp.gov.br/>

Lackeus, M. (2015). *Entrepreneurship in education: what, why, when, how*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. https://www.oecd.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf

Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (2017, fev. 17). Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020). *Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira*. <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-recommendation-on-financial-literacy-portuguese.pdf>

Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. (2018, dez. 31). Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Ministério da Educação. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/70268199

Portaria nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017. (2017, dez. 21). Homologa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBROE2017.pdf>

Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. (2020, out. 29). Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>

Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. (2018, nov. 22). Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>

Roselaine Monteiro Moraes

Doutoranda em Educação, Mestre em Gestão Educacional, Especialista em Gestão de Redes de Cooperação e Bacharel em Administração. É Gestora Estadual de Projetos de Educação Empreendedora e de Desenvolvimento Territorial do SEBRAE/RS. Possui experiência como instrutora e consultora para micro e pequenas empresas. Realizou diagnósticos empresariais, cursos e palestras nas áreas de empreendedorismo e gestão. Participa como avaliadora de Projetos de Inovação nas escolas, além de realizar palestras na temática Educação Empreendedora e BNCC.

Gustavo de Lima Cezário

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela FGV. Atua como assessor institucional do Sebrae Nacional. Experiência ainda como Diretor Executivo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Secretário Executivo da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA).

Adriana Justin Cerveira Kampff

Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pró-Reitora de Graduação e Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Endereço para correspondência

ADRIANA JUSTIN CERVEIRA KAMPFF

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Av. Ipiranga, 6681, prédio 1, 3º andar
Partenon, 90619-900
Porto Alegre, RS, Brasil